



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Informação do Bureau Político





LUCIO LANA

Informação do Bureau Político

sumário:

- COMUNICADO DO BUREAU POLITICO
SOBRE O GOLPE DE ESTADO DE 27
DE MAIO
- 12 O PLANO DOS FRACCIONISTAS
- 13 A FASE DA INFILTRAÇÃO
- 21 A FASE DE SABOTAGEM E DESCRÊ
DITO DAS ESTRUTURAS EXISTENTES
- 26 A INTERVENÇÃO DO COMITÉ CEN
TRAL
A INTOXICAÇÃO DOS GOLPISTAS
- 34 A IDEIA GOLPISTA COMEÇA A TOMAR
CORPO...
- 40 OS TRÊS GOLPES FALHADOS
- 53 AS NOVAS TAREFAS DA REVOLUÇÃO

Está praticamente desvendado todo o complexo emaranhado em que surgiu a tentativa reaccionária do golpe de estado fraccionista de 27 de Maio último, prontamente esmagado pelos militantes do MPLA, membros das FAPLA e da DISA, com o apoio das massas populares.

As verdadeiras origens e os verdadeiros objectivos do golpe confundem-se na complexidade do próprio processo contra-revolucionário.

É no entanto evidente que um determinado número de ex-prisioneiros do antigo "campo de São Nicolau", chefiados por Zé Van-Dúnem e um punhado de responsáveis da 1ª Região, tendo à cabeça Nito Alves, manifestam desde os primeiros momentos da derrocada do fascismo colonialista, estranhas afinidades que, a partir da Conferência Inter-regional de militantes em Setembro de 1974, viriam a caracterizar-se por uma actividade política de grupo, fora das estruturas do MPLA, mas sempre a coberto do MPLA.

A eleição daqueles dois cabecilhas para o Comité Central foi justamente fruto de uma actividade de grupo e foi facilitada pelo momento que então se vivia com o fim próximo da guerra colonial e a ofensiva imperialista contra o MPLA, inclusivamente através das chamadas "revolta activa" e "revolta do leste", fomentadas no seio do Movimento, em benefício dos agrupamentos fantoches da Unita e Fnla.

Confundindo-se a princípio com outros grupos fracionistas (como os Comités Amílcar Cabral, os Comités Henda e outros), dos quais se servia como trampolim, o grupo Nito Alves/Zé Van-Dúnem começa a destacar-se com maior preponderância, depois da neutralização dos concorrentes, para a qual deu aliás a sua contribuição activa à direcção do MPLA.

Liquidados os grupos concorrentes rivais, o grupo Nito Alves/Zé Van-Dúnem aproveita a circunstância de Nito Alves ter sido convidado a participar nas reuniões do Bureau Político durante a 2ª guerra de Libertação e posteriormente ter sido nomeado Ministro da Administração Interna, para não somente tentar controlar as estruturas do MPLA e os órgãos provinciais do Governo, mas ainda para iniciar a criação de uma estrutura paralela, servindo-se de militantes da sua confiança, grande parte dos quais eram portugueses que pretendiam ser os guardiões de uma "linha marxista-leninista pura" na actividade do MPLA.

Pensava o grupo Nito Alves/Zé Van-Dúnem que isso lhes permitiria, logo que as condições se proporcionassem, uma tomada de poder silenciosa, com a liquidação ou o descrédito de todos aqueles que não partilhavam das suas ambições e dos seus métodos de actuação.

Utilizavam a demagogia fácil, especulando com todas as dificuldades inerentes à criação do novo estado independente, acrescidas dos problemas criados por uma violenta guerra de agressão que destruiu o país de Norte a Sul e deixou centenas de milhares de compatriotas sem lar e sem todos os seus bens.

Essa manipulação das dificuldades do nosso Povo era vestida com uma roupagem pseudo-marxista, que explorava a fundo a receptividade que o Povo revolucionário de Angola sempre manifestou pelos ideais revolucionários e pelo socialismo.

Foram também utilizadas as mais torpes calúnias sobre os dirigentes e militantes, que pelas suas funções, constituíam maior obstáculo ao desenvolvimento de toda a estratégia do grupo.

Essas calúnias foram manuseadas grosseiramente, mas a sua repetição sistemática não deixava de influenciar alguns camaradas, em cujo espírito se geraram dúvidas sobre a honestidade e a firmeza política desses dirigentes e militantes.

Os fraccionistas solicitaram mesmo o apoio de alguns países amigos para os seus planos aventureiros, não hesitando em caluniar para o efeito, junto das embaixadas, dirigentes e militantes íntegros.

Os fraccionistas abusaram da boa fé do nosso Povo. Pelos seus actos, pela atitude elitista da maior parte do grupo, pela fraseologia pretensiosa e oca que utilizavam, pelas mentiras que propagavam, eles sempre revelaram um profundo desprezo pelo Povo, ao qual pensavam levemente poder enganar.

Sempre falaram em nome das massas, mas na verdade não só se afastavam, mas desprezavam as massas com quem eram incapazes de conviver.

A própria “manifestação” com que pretendiam legitimar o golpe falhado foi um insulto à sinceridade, ao espírito revolucionário dos trabalhadores e da população dos bairros de Luanda. As poucas centenas de populares que ainda se dirigiram ao local indicado foram enganados; ninguém lhes disse que se tratava de um golpe contra a Direcção do Movimento e contra o Camarada Presidente. E foi porque o Povo se apercebeu do logro que a “manifestação popular” abortou.

A verdade é que todo o entusiasmo e toda a capacidade de luta dos militantes do MPLA, revigorados com os sucessos da Segunda Guerra de Libertação, não conseguiram impedir que os fraccionistas abrissem brechas no nosso processo revolucionário.

A sua acção foi atentamente seguida pelos imperialistas e pelas forças reaccionárias internas, que mais não tiveram que fazer senão orientar e apoiar toda a actividade anti-MPLA que o grupo desenvolvia.

Nas forças armadas, no sector operário, nos bairros e particularmente na função pública, os reaccionários fraccionistas, escudados nas suas divagações pseudo-marxistas, accionaram numerosos esquemas tendo em vista a liquidação da direcção do MPLA e do Governo e a sua substituição pelos seus representantes.

O ridículo de todo este processo que faz perigar a própria independência nacional é que ele reflectia a evolução política dos seus líderes principais, a partir de Abril 1974.

Se inicialmente Zé Van-Dúnem e Nito Alves apoiavam as suas análises em conceitos inspirados pela experiência albanesa dos escritos de Enver Hodja, que uma pléiade de jovens militantes de grupúsculos portugueses difundia nas escolas de

Angola, nos primeiros meses de 1975 essas análises pas- a ser inspiradas pelos escritos de Mao Tsé-Tung sobre a re- volução chinesa.

E nos "círculos de estudo" que constituíam um dos ins- trumentos da clique para ir criando os seus núcleos de apoio no seio do MPLA, Nito Alves chegou a perorar sobre uma des- conexa "análise das classes em Angola" que mais não era que a transposição simplista para Angola do texto de Mao Tse-Tung sobre as classes na China.

Era a época da indecisão ideológica de uma parte da Juventude que de repente passou a dispor de um manancial de literatura revolucionária que consumia sofregamente e que imediatamente transpunha para o contexto angolano como solução para todos os problemas políticos.

Foi a época "florescente" dos Comitês Amílcar Cabral e dos Comitês Henda e de outros intelectuais esquerdistas na órbita dos quais gravitavam Zé Van-Dúnem e Nito Alves.

A medida porém que a acção legal do MPLA se fazia sentir com maior intensidade, a influência daqueles grupos ia decrescendo em benefício de um outro grupo muito mais dinâmico e muito mais ligado ao processo angolano através das funções que cada um dos seus elementos desempenhava nos diferentes sectores da vida nacional e em particular na Educação, na Economia e na Administração.

É a época em que Sita Vales "surge" estranhamente no conjunto e com a caução de Nito Alves assume funções de extrema importância no Departamento de Organização de Massas do MPLA, funções que rapidamente tentou estender a outros departamentos.

O aparecimento inopinado de Sita Vales em meados de 1975

passou despercebido. Vivia-se intensamente a luta contra os fantoches e os reaccionários portugueses. Alguns progressistas portugueses apareciam a dar uma contribuição militante ao lado do MPLA sem que houvesse a preocupação de analisar essa participação ao nível dos estatutos.

Sita Vales passou assim a controlar todo um conjunto de elementos, muitos dos quais se diziam ligados ao Partido Comunista Português (PCP) — o que a seu tempo o PCP veio a desmentir.

Esse conjunto constituiu um grupo de apoio aos planos de Nito Alves e Zé Van-Dúnem, cuja acção deixara de se inspirar nas leituras de Mao Tse Tung para passar a inspirar-se nas leituras superficiais de alguns textos de Lênine e de outros autores marxistas, que nem sempre eram compreendidos e analisados dentro do seu verdadeiro contexto, mas que frequentemente eram citados para justificar esta ou aquela posição do grupo fraccionista, cada vez mais activo.

Todo este processo se desenvolveu perante uma certa passividade dos órgãos dirigentes, assoberbados com a complexidade da situação que exigia soluções para os graves problemas de ordem militar que se sobrepuseram durante alguns meses aos problemas de organização do MPLA e da necessidade de clarificação ideológica.

Os fraccionistas confundiam já as massas através da difusão de conceitos palavrosos e sem qualquer significado na revolução angolana. A prudência manifestada pela Direcção em divulgar análises que não fossem alicerçadas no estudo sério da realidade social angolana, era aproveitada para a apodar de "direitista". O cuidado posto em apontar a realidade de 14 anos de luta armada fundamentalmente realizada pelos guerrilheiros

de origem camponesa, para que não se caísse no erro grave de confundir essa etapa da luta com uma tomada de consciência da classe operária angolana então pouco engajada no processo, tal cuidado era tomado como uma manifestação “social democrata” ou “maoista”. Os conceitos absurdos chegaram até ao “anti-sovietismo” ou ao “anticomunismo” que se atribuíam a grande parte dos responsáveis do MPLA e do Governo.

Tão ridículas alegações não deixavam de tocar alguns militantes, uns honestos, outros já na senda do fraccionismo. Não deixavam também de enfraquecer a resistência do aparelho do Movimento às infiltrações de toda a ordem e além disso causavam a desconfiança de alguns diplomatas de países amigos, frequentemente assediados pelo grupo.

Alguns dos grupos não se reclamavam já do nome do MPLA, havendo mesmo a tendência em apagar da cena a presença fortemente mobilizadora do Movimento.

O pior é que as agências de espionagem do imperialismo e em particular as francesas e algumas suas aliadas europeias, não perderam tempo em avançar em largos passos para a criação aqui dos seus pontos de apoio, alguns dos quais estão hoje neutralizados.

O PLANO DOS FRACCIONISTAS

O plano executado em 27 de Maio vinha sendo preparado há mais de três anos e pode dizer-se que se inspira nas reflexões, da vivência comum e das ambições de um relativo pequeno grupo de jovens prisioneiros políticos dos anos 70 do que no tempo colonial se chamava “campo de São Nicolau”. Esse grupo, que não se misturava com a maioria dos prisioneiros políticos originários das classes mais exploradas, constituiu mesmo em São Nicolau um núcleo elitista, que não conseguia ultrapassar os seus preconceitos pequeno-burgueses.

Esse grupo tem como líderes, além de Zé Van-Dúnm, alguns dos principais componentes de uma organização que poucos anos antes se formara em Luanda com o nome de COMITÉ REGIONAL DE LUANDA, entre os quais Juka Valentim e Bernardo Teixeira (Nado).

O papel desse grupo de jovens ex-prisioneiros do antigo “campo de São Nicolau” veio a ser determinante em todo o processo do golpe falhado, e começa a tomar forma quando, após a libertação geral que se seguiu à queda do fascismo em Portugal, o grupo se alarga com a participação de Nito Alves, que então dirigia o CIR da 1ª Região Político-Militar.

Tacticamente o plano previa três fases distintas: infiltração em todo o aparelho do Movimento e do Estado; sabotagem e descrédito das estruturas existentes; tomada do poder.

Estrategicamente os objectivos eram confusos. A fraseologia oca que apoiava todo este plano e que encobria um racismo primário mal disfarçado, deixava acreditar numa possível criação de um “partido” que viria a ser o instrumento da construção de um estranho “socialismo científico” de concepção livresca mas sem nenhum conteúdo verdadeiramente socialista: e muito menos científico.

O plano apareceu assim como um elemento de divisão do nosso Povo, e dificultar o avanço do processo revolucionário e a afirmação de uma firme consciência nacional.

A FASE DA INFILTRAÇÃO

Foi Zé Van-Dúnem quem, com a colaboração do seu grupo, organizou a saída de Angola de Nito Alves, em Junho de 1974, para se encontrar com o Camarada Presidente e outros dirigentes do MPLA, participar na batalha do Congresso de Lusaka e na Conferência Inter-regional de Militantes na Frente Leste.

Nessa Conferência, que tem o carácter de um Congresso, é notória a homogeneidade do grupo Nito Alves/Zé Van-Dúnem que aparece a defender teorias racistas inconciliáveis com o Programa e com a prática do Movimento, que a maioria esmagadora dos delegados repudiou.

Após a assinatura dos acordos de cessar-fogo com Portugal, e quando o Bureau Político decide instalar-se rapidamente na legalidade em Angola, foi ainda notória a tentativa gorada desse grupo de retardar a entrada da Direcção em Luanda (Novembro 1974) a pretexto da situação de insegurança que se vivia na capital. Compreendeu-se que se planeava tomar nas mãos toda a máquina organizativa do Movimento, para que quando a Direcção chegasse se visse diante do facto consumado de ter de abdicar da direcção em favor do grupo.

Entretanto, sempre na estratégia da tomada do poder a longo prazo: é criado nos fins de 1974 um novo CIR na 1ª Região — o CIR “Certeza” — ainda sob a direcção de Nito Alves, numa área de que Bakalof era responsável, onde, a coberto de uma formação política revolucionária, se iam instilando aos estagiários algumas ideias erróneas que iriam determinar o seu comportamento fraccionista.

Quinze desses estagiários são de lá retirados por Nito Alves para formar o primeiro núcleo do já famoso “Secretariado do DOM Nacional”, que viria a ser a primeira grande ponta de lança dos novos fraccionistas, na sua estratégia de controlo de todo o Movimento.

Tiveram então que guerrear duramente as outras fracções que queriam por sua vez controlar o Movimento. Primeiro os CACs (Comitês Amílcar Cabral), depois os Comitês Henda, e isso a coberto das estruturas do Movimento, ele próprio em luta contra todas estas fracções.

Numa primeira fase, esse “secretariado do DOM Nacional” organiza-se, prepara os seus próprios activistas, seleccionados dentro de uma óptica já bem determinada. Sita Vales, vinda de Portugal da UEC (União dos Estudantes Comunistas), sem o

mínimo conhecimento das realidades da nossa luta e do nosso Movimento, é colocada por Nito Alves à testa deste esquema e imediatamente toma nas mãos o comando das operações. São os seus próprios colaboradores, António Mendes Costa, Virgílio Santos Neto (Nzamba), Paulo Manuel, King e outros do CIR "Certeza", que vêm com reservas o ascendente de Sita Vales, só possível devido ao apoio de Alves, com quem viveu maritalmente. Desde logo Sita Vales põe em execução o plano de liquidação das estruturas do Movimento e sua substituição por outras, inspiradas na sua experiência partidária em Portugal e que num primeiro tempo são clandestinas. Surge assim, ao nível do DOM/Nacional uma primeira estrutura com Nito à cabeça, tendo como lugar-tenentes Santos Neto (Nzamba) e Costa, para os Sectores Trabalho e Bairros e Sita e Rui Coelho para os Sectores Educação e Intelectuais. Neste sector um apreciável conjunto composto por António Marques (Big), Manuel Vidigal e Nuno Simões, coadjuvado por José Reis, funciona como o cérebro que analisa os factos e os documentos e planifica as acções.

Nos Sectores Trabalho e Bairros, Nzamba e António Mendes Costa (com apoio do ex-DIP Nacional, onde também tinham colocado gente sua como Vicente Fortuna, Paulo Manuel King, Gracy Cardoso e Josefa Narciso) através de três "antenas" — Buaque, Emanuel Muhongo e Augusto Domingos Inglês — exercem a mesma acção de desmantelamento das estruturas existentes, para as substituir pela sua estrutura clandestina em que cada responsável controla três elementos, cada um dos quais controla três, e assim por diante.

O plano incluía o controlo dos órgãos de informação existentes e mesmo a criação de outros. Mbala Neto dirigindo a

Rádio Nacional e Virgílio Frutuoso na Direcção do "Diário de Luanda" tudo fazem para facilitar o aparecimento de uma corrente de opinião que viria ser o suporte dos fraccionistas logo que as condições amadurecessem. O programa "Kudibanguela", que se afirmara graças aos ataques aos fantoches da Upa e da Unita dirige habilmente a sua propaganda contra o MPLA e o Governo e apresenta as Comissões Populares de Bairro não como órgãos do Poder Popular, mas como organismos ideológicos em oposição ao MPLA, de que um jornal, o "Poder Popular" pretendia transformar-se em órgão de combate.

Em Malanje, no Lubango, no Lobito aparecem jornais que fogem ao controlo dos organismos do MPLA para difundirem habilmente as ideias fraccionistas. Algumas estações de rádio provinciais são pouco a pouco infiltradas de elementos fraccionistas que nelas difundem as suas próprias orientações.

Simultaneamente Zé Van-Dúnem, apoiado por Nado e Galiano, infiltra-se no Comissariado Político das FAPLA e abusando da confiança nela depositada pelo falecido Comissário Político Jika, desenvolve imediatamente uma acção dinâmica de colocação de homens de confiança nas diferentes unidades, substituindo mesmo aqueles que não lhes davam garantias.

A partir desta posição de responsabilidade, inicia a instalação da sua rede nas FAPLA, uma acção temerária, mas que foi possível pela instabilidade orgânica em que se vivia, acrescida do facto de a Direcção do Movimento não ter ainda um conhecimento dos diferentes quadros que podiam ser mobilizados para cada uma das inúmeras tarefas impostas pela 2.^a guerra de libertação.

Aproveitando-se da palavra de ordem “Mobilização Popular Generalizada”, toma o controlo da ODP, através de Fernando Sousa (do Secretariado do DOM) e de Kudia (das FAPLA de Ndalatando) com apoio político de Carlos Pacheco (o já conhecido “comando” aventureiro) e João de Almeida, um português que pontificava com Sita Vales no grupo dos intelectuais.

Ao mesmo tempo, ainda por via do Comissariado Político, Zé Van-Dúnem assegura-se do controlo da Polícia Militar, recém-formada, substituindo os responsáveis Jacré e Bonga por outros de sua confiança: Paulo Teixeira (Diabo), Gaspar Pombal Neto (Pombal) e Armindo Ornelas, que mais tarde viria a desligar-se dos fraccionistas.

Ao nível de cada uma das regiões militares instala um corpo de Comissários Políticos e respectivos colaboradores, todos recrutados na pequena burguesia de Luanda.

As escolas militares não escapam ao assalto fraccionista, facilitado pelo facto de ter aderido ao grupo uma certa juventude privilegiada que na tropa colonial, no quadro de oficiais ou sargentos, tiveram oportunidade de conhecer uma técnica militar, útil agora para o rápido enquadramento dessas escolas.

A testa do CIR “Sangue do Povo”, onde se preparavam alguns dos primeiros comandos do após-independência, Zé Van-Dúnem colocou Amadeu Neves (Dédé), um dos homens da sua confiança, que por atitudes suspeitas já se tinha feito expulsar do CIR da Gabela, viveiro de fraccionistas de várias tendências, inclusive de membros da chamada OCA — Organização Comunista de Angola — derivada dos CAC e orientada de Lisboa.

O CIR “Kimpuanza” (que se tornou hoje a Escola de Especialistas Menores “Comandante Benedito”, era afinal um dos instrumentos de maior alcance da estratégia fraccionista. Ali deviam preparar-se os especialistas de certas armas estratégicas. Zé Van-Dúnem conseguiu pôr na direcção da Escola e como instrutores em grupo de seus familiares e amigos, que já no tempo colonial tinham constituido um grupo clandestino denominado “Comité Kimpuanza”. Eram eles Félix Matias Neto (Felito), Zeca Van-Dúnem e Afonso António, com mais seis parentes de Zé Van-Dúnem. É sintomática a tendência deste grupo em manter as estruturas do antigo “Comité Kimpuanza”, favorecendo a continuação de “ilhotas fraccionistas no seio do Movimento, ao dispôr de qualquer força organizada reacçãoária ou com laivos de esquerdismo.

De salientar que em fins de 1975, logo no início do funcionamento do CIR “Kimpuanza” Zé Van-Dúnem e Bakalof fizeram vir 200 homenes da confiança de Bakalof para preencherem todos os lugares de estagiários para as armas estratégicas. A manobra foi tão evidente que todos os responsáveis militares que não estavam envolvidos no esquema se aperceberam dela, a denunciaram, tendo-se substituído esses homens ligados a Bakalof por 200 outros combatentes que tinham dado provas na primeira e segunda guerra de libertação, em todo o País.

Dada a nula experiência militar de Zé Van-Dúnem, que ficara a substituir o Comissário Político Geral Jika, tombado em Cabinda, é Bakalof que, sob proposta de Nito Alves, é nomeado Comissário Político Geral. Bakalof sofreu muito tempo a influência dos Comitês Henda, que queriam fazer dele o seu estandarte. Quando Nito rompe com os “Comitês Henda”,

Bakalof, após certa hesitação, alinha com a fracção Nito. Torna-se assim fácil a essa fracção consolidar o seu controlo de todas as escolas militares, inclusive da Escola Político-Militar "Comandante Jika", criada mais tarde para formar o corpo de Comissários Políticos.

A este controlo não escapa o próprio Destacamento Feminino, onde através de Fernanda Delfim (Nandy) a Elvira da Conceição (Virinha) o veneno fraccionista consegue penetrar, sempre enroupado num palavreado pseúdo-marxista.

O Comissariado Político desempenhou assim um papel de grande importância na estratégia fraccionista. Os seus mentores, Zé Van-Dúnem, Bakalof, Nado, Galiano e o grupo de responsáveis das Escolas, do Destacamento Feminino e das diferentes regiões militares, agiam à vontade, emitiam directivas livrescas aparentemente correctas mas sem qualquer ligação com os verdadeiros problemas dos combatentes, instalavam todo um vocabulário desarticulado que confundia os combatentes e os tornava permiáveis ao fraccionismo. No entanto não iam ao encontro dos soldados, preferindo sempre as reuniões de Gabinete, as análises de Gabinete, as decisões de Gabinete. Mesmo nas visitas às zonas operacionais o próprio Bakalof evitava encontrar os combatentes, limitando-se a reunir nas cidades com os membros do Comissariado Político que lhe faziam um relatório sobre a situação.

Ao nível do Governo e da Administração, foi através do extinto Ministério da Administração Interna, tendo à cabeça Nito Alves, que os fraccionistas desencadearam a operação de controlo das estruturas governativas a nível nacional. Recrutando nos elementos de confiança oriundos do antigo "campo de São Nicolau" ou do CIR "Certeza" foram nomeados

Comissários Provinciais, Comissários Municipais, funcionários superiores em todos os Ministérios, de tal modo que rapidamente toda a Administração estava infiltrada de fraccionistas, incluindo os que se infiltraram nas Comissões Populares de Bairro (CPB).

Nito Alves e o seu grupo não deixaram de tirar partido de todas as possibilidades de manobra oferecidas pelo Ministério da Administração Interna, chegando mesmo a utilizar a corrupção. A troca de tal ou tal posto, mantinham na sua órbita alguns compatriotas que por vezes nem se deram conta de que estavam a ser utilizados.

O ex-Ministro Aires Machado (Minerva), que os fraccionistas faziam constar ser actualmente o único ministro de “esquerda” exerceu uma actividade perniciosa, colocando também em postos-chave (primeiro no Ministério do Trabalho, depois no Ministério do Comércio Interno) homens de confiança dos fraccionistas que viriam a ser dóceis instrumentos da sabotagem que foi posta em prática para desacreditar o Governo, sobretudo no que dizia respeito à distribuição de bens de consumo.

Foi assessorado nos dois Ministérios pelo Major português Costa Martins, que beneficiava de asilo político na RPA e que afinal veio a revelar-se um agente ao serviço de interesses estrangeiros.

De notar que para conseguir os seus intentos, não hesitaram os fraccionistas, em particular Nito Alves, em se apoiar em alguns conhecidos elementos reaccionários que já tinham servido a OPVDCA e a Pide.

A FASE DE SABOTAGEM E DES- CRÉDITO DAS ESTRUTURAS EXISTENTES

Os ex-Comissários Provinciais de Malanje, Benguela Huíla, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e um grande número de Comissários Municipais tornaram-se grandes dinamizadores do fraccionismo. Eram eles que sistematicamente lançavam o nome de Nito Alves, pondo em dúvida a capacidade do Comité Central, do Bureau Político e do próprio Presidente do MPLA e da RPA para resolver os problemas, QUE AFINAL ESTAGNAVAM POR SUA DELIBERADA SABOTAGEM. Eram esses Comissários Provinciais quem proibia a livre circulação das mercadorias, quem dificultava a distribuição dos bens de consumo tão dificilmente adquiridos pelo Governo para suprir as faltas devidas ao abaixamento da produção; eram esses Comissários Provinciais quem travava o escoamento da produção dos camponeses, ora fazendo promessas que sabiam não poder cumprir, ora responsabilizando os órgãos centrais das dificuldades existentes.

A sua acção de deliberada sabotagem contribuía em grande parte para o estrangulamento de toda a economia nacional, que depois utilizavam na propaganda contra o Governo e contra os dirigentes do MPLA.

A nível de Luanda e de Benguela o grupo fraccionista utiliza os órgãos do Poder Popular para o seu combate contra as estruturas do MPLA. Nito Alves e a sua camarilha pretenderam mesmo incarnar o Poder Popular, a cujas estruturas de base — as CPB — deram possibilidades que faziam delas organismos de um partido novo, oposto ao MPLA.

Desmantelados os CACs, as Comissões Populares de Bairro são tomadas de assalto por uma pléiade de fraccionistas, uma vez mais oriundos sobretudo do CIR "Certeza" e do antigo "campo de São Nicolau", tendo à frente Manuel Neto (Mbala), Adelião Santos (Betinho), Nzamba, Agostinho Lopes, Aurelino de Oliveira (Kondeke), Eduardo Silva (Pisco), João Charula de Azevedo (Charula), Júlio, António Tavares (Beto Muanza) e muitos outros.

Na farsa eleitoral organizada por este grupo com Nito à cabeça, mais não se fez do que mascarar a verdadeira direcção das CPB com militantes honestos que cedo foram marginalizados daquela direcção. O 3º. Plenário do Comité Central não deixou de criticar o processo e de dar as directivas que se impunham.

Para apoiar toda esta acção fraccionista foi mesmo montada uma rede de apoio ao nível dos órgãos de informação onde sobressaíam o extinto "Diário de Luanda" (dirigido por Virgílio Frutuoso) e alguns programas da Rádio Nacional como o "Kudibanguela" (com Mbala e Rui Malaquias) ou o "Povo em armas" (com Galiano e Nado).

O papel negativo das CPB de contestação aos órgãos dirigentes do MPLA e do Governo de sabotagem das decisões sobre os problemas vitais das populações, foi muitas vezes posto a claro pelo Bureau Político, sempre no desejo de chamar à razão camaradas que se desejava recuperar para o processo revolucionário.

Não poucas vezes o próprio Camarada Presidente convocava as CPB para lhes fazer sentir as posições erradas que defendiam, sobretudo quando impediam, sabotavam mesmo, que se instalassem Lojas do Povo nos Bairros. Todo esse esforço foi vão e só agora se revelou que se tratava de sabotagem declarada.

Nunca as CPB se preocuparam com os problemas de habitação, de distribuição de água e electricidade, de abastecimento, nem de higiene e saúde, pois os próprios Centros de Saúde foram montados graças ao esforço dos camaradas da Saúde Extra-hospitalar.

Os problemas concretos das populações dos bairros eram desprezadas em favor de uma anárquica e reaccionária actividade política, em que a demagogia, o palavreado funcionavam como arma.

A JMPLA não escapa à fúria destruidora dos fraccionistas. Luís Kitumba manipula sem dificuldade o “executivo” da JMPLA e controla uma parte dos coordenadores provinciais, bem como alguns “coordenadores” da JMPLA nos bairros de Luanda e em algumas comunas. Simulando uma grandiosa actividade, o “executivo” intromete-se em todas as campanhas com planos mirabolantes, sem que no entanto trabalhe para aproveitar o entusiasmo com que os jovens respondiam às diferentes mobilizações. Foi o que aconteceu por exemplo com

as campanhas do corte de cana em que milhares de jovens que responderam às diferentes chamadas não seguiam por incúria do “executivo”. Foi o que aconteceu por exemplo com as “Brigadas Henda” para alfabetização, que não tiveram da parte do “executivo” o apoio necessário que as levasse a uma acção eficaz, apesar dos meios postos à sua disposição.

O “executivo” preocupava-se mais em aparecer como um órgão dinamizador da ideologia fraccionista. Para isso editava confusos textos de “formação ideológica” e chegou mesmo a organizar reuniões, como a de Malanje em 16 de Fevereiro de 1977, em que concluiu infantilmente que o Comité Central do MPLA e o seu Bureau Político incorriam em desvios “direitistas” e “maoistas”. Tais conclusões foram naturalmente “injectadas” com o mesmo infantilismo irresponsável a outros organismos da Juventude, por jovens previamente “instruídos” pela clique fraccionista.

Na UNTA o fraccionismo entrou também, procurando de uma maneira geral levá-la a agir descoordenadamente com o MPLA, o que por vezes dava a impressão de que a UNTA prosseguia objectivos diferentes dos do Movimento.

Os reflexos negativos de uma tal acção fizeram-se sentir particularmente a nível de algumas Comissões Sindicais, que instigadas por este ou aquele elemento fraccionista que as compunham, ultrapassavam as suas competências, minimizavam ou combatiam mesmo os Comités de Acção com quem deviam estudar a orientação a seguir e chegavam mesmo a interferir directamente na administração, com manifesto prejuízo das tarefas da produção e do planeamento.

Muitas dessas Comissões Sindicais autonomearam-se, em manifesta contradição com os princípios do sindicalismo.

Alguns responsáveis da UNTA foram agentes dinâmicos do fraccionismo e contribuíram para sabotar e desorganizar o sector produtivo, quer na Indústria quer na Agricultura, como aconteceu no Lobito e em Benguela, em Luanda, no Luena e noutros pontos.

Alguns responsáveis sindicais combatiam abertamente a formação de grupos de acção do MPLA nas empresas, argumentando que esse era um terreno reservado exclusivamente à UNTA. Isso favoreceu em vários sectores a acção dos fraccionistas e também a impunidade e o oportunismo de alguns elementos fantoches.

A própria OMA e a OPA foram alvo das investidas fraccionistas...

Foi este o condicionalismo que conduziu ao trágico golpe de 27 de Maio...

A INTOXICAÇÃO DOS GOLPISTAS A INTERVENÇÃO DO COMITÉ CENTRAL.

Zé Van-Dúnem, Nito Alves, os seus agentes no seio do Comité Central e toda a camarilha fraccionista ficaram inquietos quando o 3º. Plenário do Comité Central decidiu um inquérito sobre a actividade fraccionista no seio do MPLA e suspendeu em consequência aqueles dois membros do Comité Central. Essa decisão foi tomada na base de um relatório sobre "Organização" em que se apontava uma série de questões que dificultavam o trabalho organizativo pois dava a ideia que se estava na presença de dois MPLA, um dos quais liderado por Zé Van-Dúnem e Nito Alves. Uma Comissão do Comité Central, chefiada pelo Camarada José Eduardo levou a efeito esse inquérito.

Desde logo uma nova estratégia golpista é elaborada, prevenendo mesmo o golpe militar. Para isso era preciso motivar as massas e em particular o exército, através de uma intoxicação sistemática.

No seu combate ao fraccionismo a direcção do Movimento procurou sempre a recuperação dos fraccionistas; para isso evitou sempre as medidas administrativas, utilizando de preferência o método da discussão do problema nos organismos do MPLA.

Assim aconteceu quando foi preciso neutralizar a acção corrosiva do Comité de Acção de Sector (CAS) da Educação onde estava toda a equipa de Sita Vales que ousou mesmo querer controlar a reunião das Comissões Directivas Provinciais em Malanje. Assim aconteceu quando foi preciso travar um grupo de activistas do Sector Operário ligados a Sita Vales e a Nzamba, que tinham recebido a missão de montar a "organização clandestina" no Sector Operário.

Foi esse o procedimento com ex-dirigentes da JMPLA a quem o grupo fraccionista ia procurando envenenar, utilizando a influência que exerciam sobre Luís Kitumba. Numerosas foram as reuniões de discussão que os membros do Bureau Político e o próprio Camarada Presidente faziam com esses jovens que fingiam concordar com as conclusões a que se chegava e iam lançar caluniosos boatos junto dos militantes de base da JMPLA e do próprio MPLA.

Esse método de discussão, de crítica e autocrítica, nos organismos do Movimento, foi tomada pelos fraccionistas como brandura e mesmo fraqueza da Direcção.

Em lugar de militantemente cessarem a sua actividade fraccionista, lançaram-se na acção aberta e descarada contra os órgãos dirigentes. Agentes fraccionistas são enviados a determinadas províncias lançar a confusão e a divisão. É tão intensa a sua actividade que chegam, como o fez Anastácio em Benguela, a apresentar-se em nome do DOM/Nacional e a preparar uma reunião, à qual Nito Alves está presente por escassos minutos, em que os membros da Comissão Directiva são afastados e substituídos por um grupo de "militantes" mais susceptíveis de serem manobrados quando necessário.

Chegam a provocar reuniões entre órgãos do Movimento e

do Governo de diferentes províncias para coordenação das suas tarefas clandestinas.

Certos professores confundem mesmo as crianças, dando lições inteiras (inscritas no sumário!) sobre a "obra" de Nito Alves, que é apontado como notável estratega, filósofo e poeta..

Certos responsáveis sindicais, ao serviço de interesses não-angolanoś, desencadeiam um combate acérrimo aos grupos de acção do MPLA nas empresas, que conseguem muitas vezes liquidar em benefício da "autoridade política" de duvidosas "comissões sindicais".

Avança-se descaradamente argumentando sobre a necessidade de um "amplo debate ideológico" e quando os militantes honestos procuram fomentar um debate ideológico, encontram pela frente a mesma fraseologia oca e cada vez mais fanática que não resiste à mais ligeira análise militante, mas que confunde e sabota a possibilidade de se tirar proveito das reuniões de esclarecimento.

A onda contestatária encoraja-se e ousa mesmo lançar-se para a frente com alguns novos elementos. Já não são mais os Betinhos e os Mbalas, mas alguns responsáveis das FAPLA, pertencentes ao Comissariado Político. Neste organismo, por violações flagrantes à disciplina militar são sucessivamente suspensos pelo Estado Maior Geral: Galiano, Nado, Dédé e Pedro Santos. Em defesa, primeiro de Galiano e depois de Pedro Santos, são postos a circular panfletos que são profusamente distribuídos e que juntos a um terceiro panfleto, bastante volumoso, atribuído a Nito Alves e pomposamente intitulado "13 teses em minha defesa" constituem o verdadeiro arsenal das motivações que iriam criar o clima propício ao golpe de estado.

Todo esse arsenal resumia-se, por um lado, em classificar a Direcção do Movimento de “social democrata” ou de “direitista”, ou de “social chauvinista”, ou de “anticomunista” ou de “maoista” ou de “antissoviética”, com uma argumentação desconexa, sem qualquer respeito pela verdade, nem pela história do MPLA, e sobretudo revelando uma total incompreensão das realidades da revolução angolana.

Por outro lado, o Governo, a quem se imputava a responsabilidade da falta de bens de consumo, era também considerado incapaz e reaccionário à excepção do “consequente Ministro do Comércio Interno”, considerado homem de “esquerda”.

Este trabalho de intoxicação permanente era acompanhado de criminosos actos de sabotagem que se praticavam em todos os organismos, sempre para convencer o Povo da inoperância do Governo.

A nível do Movimento, além da fraseologia insensata que se procurava instilar na massa militante, além de infiltrações de agentes nos organismos que se pretendiam destruir ou pelo menos enfraquecer, tentava-se estabelecer comparações entre o MPLA e alguns partidos comunistas com dezenas de anos de existência, para procurar provar desvios de linha e concepções erróneas dos dirigentes, ignorando sempre, conscientemente ou não, que o MPLA não é um partido comunista, nem sequer é um partido, e que as leis universais que regeram a nossa luta de libertação não fizeram desaparecer a especificidade dessa luta, mesmo no post-independência.

A intelectualidade fraccionista, facilmente arrastada por toda a problemática política de Portugal — e antes e depois da queda do fascismo — incapaz de se desembaraçar da men-

talidade herdada do tempo colonial, portadora inconsciente de um certo “paternalismo ideológico” que frequentes vezes assume a forma de um neocolonialismo intelectual, incapaz de se identificar completamente com o povo angolano independente e com os militantes formados no seio do MPLA, desprezando altivamente a maturidade e a experiência dos militantes que viveram ou dirigiram a luta durante 20 anos, essa intelectualidade tornou-se mais um dos agentes do confucionismo ideológico que veio a constituir uma sabotagem declarada à opção socialista do MPLA e às iniciativas do Comité Central que visavam realizar na prática essa opção a partir da realização do Congresso e da decisão da criação de um Partido Marxista-Leninista.

A nível da governação, os fraccionistas, apoiados numa burocracia conservadora, travaram constantemente a concretização das decisões dos governantes. A cada passo se usava e abusava do EFU (Estatuto do Funcionalismo Ultramarino) para justificar a necessidade de preencher tal e tal formalidade, antes de cumprir as decisões revolucionárias que iam no interesse do Povo.

Ao nível da distribuição dos alimentos uma perfeita sabotagem foi organizada. O sacrifício feito pela Nação em importar bens de consumo não se traduzia por uma melhoria na sua aquisição por parte das populações. Verificavam-se estrangulamentos a vários níveis, desde as Comissões Populares de Bairro até ao próprio Ministério do Comércio Interno, e tudo isso com o objectivo declarado de provocar o descontentamento e a revolta do Povo contra o MPLA e o Governo. Quando se procurava apurar as responsabilidades, era acionado um hábil sistema de “empurra ” para outros sectores

que de uma maneira ou outra estavam ligados ao processo, acabando sempre por se ocultarem as verdadeiras causas do estrangulamento.

É aqui que aparece, em toda a sua nudez, o fundo criminoso de toda a tática fraccionista. Em todo o palavreado sonoro mas oco que utilizam para se apresentarem como marxistas, há um vazio enorme que é uma constante das suas posições.

Nos seus discursos, nos seus escritos, nas suas intervenções em reuniões **NUNCA APARECE O MENOR INDÍCIO DA SUA CONCEPÇÃO ECONÓMICA** ou qualquer referência aos problemas agudos da economia angolana.

Nunca Nito Alves ou qualquer dos chefes fraccionistas convidou a população a intensificar a produção. Nunca qualquer deles se referiu ao preocupante desgaste de divisas para aquisição de alimentação em prejuízo dos bens de equipamento de que o País tanto precisa (tractores, máquinas, transportes, etc). Nunca qualquer deles analisou as dificuldades em quadros e a maneira de as superar. Isso era contra a sua estratégia demagógica. O que era preciso era enganar com promessas levianas e palavrosas de um socialismo de concepção livresca, que não exige sacrifícios e que é “fácil” de construir com citações dos grandes clássicos...

O próprio desporto foi utilizado pelos fraccionistas na preparação do golpe. Recorrendo à tática já utilizadas pelos patriotas angolanos no tempo do colonialismo, fortaleceu-se um clube desportivo de modo a para ele atrair a simpatia das massas, e a utilizá-lo assim como propaganda a favor de determinados objectivos. Isso foi feito com o “Progresso do Sambizanga” que incluiu no seu elenco jogadores de qualidade, chegando mesmo recentemente a ganhar um torneio.

Animado pelos fraccionistas da CPB do Sambizanga, o clube passa de um momento para o outro a ter como presidente Nito Alves e começa a planificar encontros em diversas províncias. É o próprio assassino Kiferro quem declara que o clube tinha “fins políticos” e que sob a sua capa se tinha constituído o “grupo de choque Kiferro” que durante o golpe recebeu a missão de levar a cabo missões de liquidação física e outras missões de carácter violento.

Na DISA foram infiltrados elementos com o fim de boicotar as decisões da Comissão Nacional de Segurança e sobretudo de obter informações que servissem a actividade reaccionária dos fraccionistas. Além de certas fugas de informação, não foi sem espanto que se descobriu no forro de um vestido da esposa de Bakalof toda uma colecção de fotocópias de documentos altamente secretos, que agentes infiltrados como Zê Mingas, Perré Sambila e outros se encarregavam de subtrair dos arquivos da DISA. Esse grupo não só furtava documentos, mas tinha a missão de corromper outros elementos da Segurança, explorando sentimentos regionais, rácicos ou tribais, sempre enroupados das fórmulas ocas tipo “direitismo” ou outras do género. Ao mesmo tempo lançavam-se calúnias contra a DISA, acusando-a de prender apenas os “militantes consequentes” e de os torturar. Propositadamente ocultava-se à população os já notáveis serviços prestados pela DISA à Nação no combate à infiltração de agentes do inimigo, aos kamanguistas, aos OCAS, e tudo isso apesar da sua curta experiência. E no entanto os fraccionistas não hesitaram em criar a sua rede de espionagem que estenderam mesmo até ao nível da Presidência da República...

Nas Forças Armadas todas as motivações foram utilizadas.

O Ministério da Defesa e o Estado Maior Geral eram responsabilizados pelas carências em matéria de salário, fardamento, alimentação e mesmo de armamento. Os membros do Comissariado Político limitavam-se a “constatar” tal e tal situação, não fazendo o mínimo esforço para ajudar na procura de soluções que se impunham. Pelo contrário, muitas vezes exacerbavam o descontentamento dos combatentes, responsabilizando sempre o Comandante, o Estado Maior ou o Ministério da Defesa pelos males existentes.

O esforço feito pelos organismos de direcção das FAPLA para normalizar os transportes, a distribuição da alimentação e equipamento ou de fardamento, encontravam muitas vezes obstáculos a nível regional ou sectorial, que com o esforço colectivo dos quadros seriam facilmente ultrapassados. Mas alguns desses quadros preferiam deixar apodrecer as situações para provocar o descontentamento. O mesmo se passava em relação aos subsídios dos combatentes. Incompreensivelmente algumas zonas queixavam-se de atrasos inconcebíveis e tudo isso era imputado ao Estado Maior e ao Ministério. No próprio dia do golpe de estado verificou-se que oficiais fraccionistas guardavam (e muitas vezes utilizavam em seu proveito) as somas destinadas aos combatentes, dizendo-lhes que ainda não as tinham recebido. Nos dias que se seguiram ao golpe foram descobertos nas pastas, nos cofres e até nos bancos em nome dos fraccionistas, milhões de kwanzas que se destinavam aos soldados e que inexplicavelmente permaneciam há meses nas mãos dos responsáveis, aproveitando a circunstância de não se dispor ainda de quadros para a criação de um serviço nacional de inspecção.

É este o esquema da camarilha fraccionista, tendo em vista responder à decisão do Comité Central acerca do inquérito a Nito Alves e Zé Van-Dúnem.

A IDEIA GOLPISTA COMEÇA A TOMAR CORPO

Em Janeiro deste ano já Nito Alves convocara uma reunião na quinta de um seu correligionário Kindanda na qual participam Bakalof, Monstro, Zé Van-Dúnem, Juka Valentim, Mbala, Betinho, Luís Kitumba, Pedro Fortunato e outros, para uma análise do panfleto que se iria intitular “13 teses em Minha defesa”.

Nesse escrito, além duma avalanche de citações que preenchem dois terços do seu conteúdo, os autores (Nito e os seus pensadores) distilavam toda a animosidade que o grupo votava ao Comité Central e mais particularmente a todos os camaradas que numa ou noutra ocasião tinham formulado as suas críticas e as suas apreensões pela actividade fraccionista que em nome de Nito Alves se desenvolvia no seio do Movimento. Tudo se resumia no fundo à habitual fraseologia pseudo-marxista, pretendendo fazer crer na existência no seio do MPLA de um “antisovietismo”... denominador comum dos maoistas e da social-democracia instilada no seio do Movimento”. Quem conhece o MPLA e a sua direcção conhece também a consideração e a amizade votadas aos Povos e aos Partidos dos países socialistas amigos, com relevo para o Povo e o Partido Comunista da União Soviética. Os fraccionistas pretendiam com esta tática não só afastar a direcção do MPLA dos partidos comunistas amigos, mas atrair o seu apoio, aparecendo a seus olhos como os melhores defensores dessa amizade.

No entanto um aspecto era digno de particular atenção. O documento panfletário continha nas suas conclusões o prenúncio da ideia golpista, traduzida pela decisão de “constituir um Comité Revolucionário de Direcção político-militar” que substituisse de imediato o Bureau Político e tomasse as medidas para liquidar todos os elementos considerados como “desviacionistas”.

Aprovado o panfleto naquela reunião, fàcilmente se encontrou o método para a sua difusão. Oficialmente seria entregue ao Camarada Presidente, ao Comité Central, às Comissões Directivas Provinciais, ao Comité Central da

JMPLA e ao Secretariado Nacional da UNTA. Na realidade só a Comissão de Inquérito do Comité Central estava mandatada para receber. Mas, através da sua rede clandestina, o grupo fraccionista deu-lhe ampla difusão, à escala nacional, e mesmo a nível de certas embaixadas. Cinicamente, entretanto, o grupo fraccionista queria que o Comité Central mantivesse secreto o simples facto de que decorria um inquérito a respeito de dois dos seus membros.

Outras reuniões de “alto nível” (Zé Van-Dúnem, Nito Alves, Monstro, Bakalof, Minerva) tiveram lugar à medida que se aproximava a data da reunião do Comité Central para análise das conclusões da Comissão de Inquérito.

Em 28 de Fevereiro o Comité Central reúne rapidamente para ouvir a Comissão de Inquérito justificar-se sobre o atrazo das conclusões. Decide-se então que os trabalhos devem estar prontos até 31 de Março.

Durante o mês de Março a clique fraccionista inicia uma intensa preparação para uma *manifestação no dia da reunião decisiva do Comité Central*, que impedisse a previsível sanção de Nito Alves e Zé Van-Dúnem. Em fins de Março, reuniões entre os organismos intermédios da organização clandestina já começam a precisar as formas que tomará a referida manifestação. Prevê-se a necessidade de agitar as massas brandindo o espectro das dificuldades de abastecimento, as bichas, as carências nas FAPLA, os “desvios ideológicos” dos dirigentes.

Toda essa actividade sofre uma pausa com o adiamento da reunião do Comité Central em virtude da Visita Presidencial à Jugoslávia e à Polónia.

As CPB, os núcleos infiltrados no MPLA e os elementos do Comissariado Político recebem no entanto directivas precisas para levarem por diante a agitação das massas.

Quando finalmente se fixa a reunião para 20 de Maio, o plano golpista começa a precisar-se. Uma nova reunião preparatória alargada tem lugar em princípios de Maio, desta vez em casa de Nito Alves, com um ponto na ordem de trabalhos: "Preparação da Insurreição Popular Armada". Presentes na reunião: Nito Alves, Zé Van-Dúnem, Bakalof, Monstro, Minerva, Loló Kitumba, Pedro Fortunato, Santos Neto (Nzamba), Betinho e outros.

Após uma análise da situação política, militar e social feita pelos cabecilhas, Nito, Monstro e Minerva, entra-se cautelosamente na preparação do plano. Conclui-se que "Malanje será o palco da insurreição", para logo em seguida Luanda apoiar e dar o "golpe decisivo". O representante de Malanje não dá garantias do resultado, pois receia que as FAPLA de Malanje não apoiem. No entanto compromete-se a ir avaliar as possibilidades in-loco. O Comissário Provincial de Malanje chega a percorrer com essa finalidade alguns bairros onde faz comícios de agitação, imediatamente desfeitos pelos camaradas responsáveis das FAPLA que desmascaram as intenções golpistas do Comissário Provincial e de alguns responsáveis do Movimento, que se tornam objecto da ira da população.

Em Luanda porém, das reuniões particulares a nível dos bairros, do sector intelectual, dos ministérios, passa-se à fase da "agitação das massas". A pretexto de uma busca no Bairro Sambizanga, provoca-se uma chamada "assembleia popular de bairro" com uma reduzida participação mas que aprova de-

terminadas moções violentas contra o MPLA, contra as FAPLA e a DISA, contra o Governo. O processo está engajado. Os fraccionistas infiltrados nas Comissões dos Bairros “Patrice Lumumba”, “Nelito Soares”, “Operário”, “Rangel”, “Neves Bendinha”, “Prenda”, convocam sucessivamente as “suas” assembleias populares para se solidarizarem com a do Sambizanga.

Apesar da reduzida participação popular nas ditas “assembleias”, as “moções”, de tom cada vez mais violento, são profusamente disseminadas pela população de Luanda. Os reaccionários tradicionais lançam-se também no processo, procurando tirar partido da situação e publicando os seus próprios panfletos contra o Governo e o MPLA.

Uma vez mais, o Camarada Presidente, ladeado de responsáveis das FAPLA e da DISA, convoca a CPB do Sambizanga para inquirir o fundamento de alguns alegados abusos que teriam sido cometidos durante a busca contra a população. Acompanhados de responsáveis do Estado Maior Geral e da DISA, os membros da CPB do Sambizanga vão mostrar os elementos da população que teriam sido objecto de abusos durante a busca ali efectuada. Tudo era mentira. Esses elementos elogiaram a correcção dos combatentes que participaram na busca.

O Bureau Político encarrega a Comissão Directiva de Luanda de tomar a seu cargo o combate à actividade anti-militante das referidas CPB. A Comissão Directiva de Luanda, ela própria tocada pelo fraccionismo, revela-se incapaz de esclarecer as massas sobre a verdadeira natureza de tão maquiavélica manobra. Uma certa apreensão começa a fazer-se sentir sobretudo a nível de Luanda, mas também em algumas

províncias para onde os fraccionistas enviavam sistematicamente os seus emissários.

A medida que se aproxima a data da reunião do Comité Central, maior nervosismo vai atingindo as hostes fraccionistas. Já estão tocados alguns responsáveis de parte das unidades militares estacionadas em Luanda, sob o pretexto de que “o povo vai manifestar no dia 20 e é preciso que as FAPLA protejam o Povo contra o CPPA”.

No espírito dos cabecilhas o primeiro plano do golpe era simples: O Comité Central reuniria no Museu perto do Kinaxixe. Provocar-se-ia uma manifestação popular na área do Museu que, após uma conveniente agitação na base dos problemas anteriormente levantados, exigiria a demissão do Comité Central, do Governo, daria vivas a Nito Alves e Zé Van-Dúnem e isolaria o Presidente.

Com o Museu cercado de manifestantes (não seriam necessários mais de algumas centenas) prevendo-se que a Guarda Presidencial pudesse abrir fogo, os blindados e alguns grupos de militares apareceriam a pretexto de proteger o Povo. O desfecho deste inteligente plano não é difícil de prever.

As deposições dos diferentes implicados, quer a nível das CPB quer a nível das FAPLA, mostram a intensa actividade e as hesitações que precederam a preparação deste golpe.

Para os golpistas, o triunfo em Luanda era decisivo. As Províncias, no seu entender, “acabariam por aderir”. No entanto, para algumas Províncias saíram emissários a explicar os preparativos do golpe, a data prevista e as missões que se esperava fossem cumpridas pelos núcleos fraccionistas provinciais.

OS TRÊS GOLPES FALHADOS

Chega o dia 20 de Maio. Inesperadamente para os golpistas; a reunião do Comitê Central não se realiza no Museu mas no Futungo de Belas, o que faz falhar o primeiro plano. Alguns dos cabecilhas não escondem a sua irritação por esta inesperada mudança.

Durante a reunião, todas as táticas dilatórias utilizadas pelo duo inquirido não tiveram qualquer sucesso. Nito Alves chega a pedir um adiamento de três dias “para poder ler as conclusões da Comissão de Inquérito”, de que aliás já tinha tido conhecimento através de Monstro Imortal, que fazia parte da Comissão. Isso permitir-lhes-ia refazer um novo plano. O Comitê Central não embarcou nessas águas turvas.

Cedo foi posta a nú toda a actividade fraccionista dos dois inquiridos. O Comitê Central permitiu ainda um dia de reflexão que foi nervosamente aproveitado pelos cabecilhas para reverem o plano golpista. Novas consultas tiveram lugar nesse intervalo entre Nito Alves, Monstro, Bakalof, Van-Dúnem, Minerva e os seus lugar-tenentes.

No próprio dia 20, Vicente Fortuna (do Comissariado Político das FAPLA) vai apressadamente tentar corromper o Director da Escola "Benedito" (no Futungo) que não tinha sido prevista no primeiro plano e que agora assumia importância particular, dada a súbita mudança de local da reunião.

Não foi feliz nessa tentativa e voltou a insistir no dia 21, não obtendo ainda resposta favorável. Nesse mesmo dia 20, às 22 horas, o José Borges (Van Troi) e outros vão raptar o capitão Yaya (Jacinto Anselmo) para o obrigar a participar com os BRDM sob o seu comando numa eventual "protecção à população".

No Comício da Cidadela, dia 21 à tarde, o Camarada Presidente deu a conhecer a todos os militantes do País a decisão do Comité Central de expulsar os dois elementos fraccionistas e de dar "um combate verdadeiro e sério a todos os fraccionistas". Ficou porém explícita a decisão de procurar recuperar para o MPLA estas "ovelhas transviadas". Ainda aqui era respeitada a filosofia do MPLA de dar oportunidade aos militantes que erraram, de se redimirem.

Mas os golpistas não abandonam os seus intentos. No próprio sábado, dia 21, Manuel Casselo (Bajé) vai a certas unidades transmitir uma "pseudo-ordem" do EMG para que "todas as unidades da área de Luanda estivessem preparadas para proteger a população em caso de manifestação".

Domingo 22 e segunda 23 os grandes cabecilhas não descansam e decidem-se por um verdadeiro "golpe de estado militar". Para isso era preciso garantir a participação do maior número de blindados. É contactado o comandante da Companhia de Reconhecimento, que por sua vez garante a par-

ticipação de Kandoca, Chefe do Estado Maior do Batalhão de Intervenção e Reconhecimento. As perspectivas apareciam aos golpistas como favoráveis. O golpe é agora marcado para o dia 25 às 4 horas da manhã.

O papel da população, que os fraccionistas utilizavam a seu bel-prazer, sem qualquer respeito, seria agora de apoiar a acção das FAPLA. Decidiu-se não mais salvaguardar o nome do Camarada Presidente. Os inimigos agora eram o Comité Central, o Governo e o próprio Camarada Presidente.

No dia 24 tem lugar a última reunião para análise do plano geral em casa de Bajé, no Bairro Palanca. Durante a discussão do plano vêm ao de cima todas as insuficiências, que provocam certa irritação dos militares. Na reunião estão presentes Nito Alves, Zé Van-Dúnem, Bakalof, Betinho, Mbala, Manuel José Veloso. Nito Alves dá as directivas finais: 1.º — Liquidação de Iko, Lara, Ludy, Pakavira e Onambwé; 2.º Ocupação da Cadeia de São Paulo, da Rádio Nacional e do “Jornal de Angola” (os militares põem dificuldades sobre a primeira directiva, por falta de efectivo e por falta de reconhecimento); 3.º—Saída das massas em apoio às FAPLA; 4.º—Proclamação do novo Governo.

As 4 horas os militares não saíram! Nito Alves e Bakalof, que aguardavam o resultado do golpe na quinta do Domingos Francisco (Kindanda), vêm a Luanda e convocam uma reunião no Bairro da Cuca com os militares Van Troi, Pombal, Sianuk e alguns oficiais da DAA (Defesa Anti-Aérea). Na reunião Nito Alves insurge-se contra a falta de brio e de coragem dos militares que não cumpriram o plano, após o que se reúne com Monstro e Zé Van-Dúnem para análise da situação e novas decisões. Pela tarde voltam a reunir no Bairro da Cuca os

mesmos da manhã e ainda Veloso, Baptista Neto (Fáisca), Bajê, Tiago, Betinho e Emanuel Silva(Luís Kitumba).

Por sua vez Van Troi reúne em sua casa com Kindanda, António Lourenço, Bajê, Veloso, Nadó e Juka Valentim, enquanto Luís dos Passos reúne no Comissariado com os elementos que deviam formar os comandos da morte: Gama, Chiquinho, Fernando Borges (Kiokissaba).

Em resultado destas reuniões de análise e balanço decidem pensar numa nova data que não deve ser distante, e Nito Alves parte para Caxito... para reflectir.

O dia 26 será decisivo. O plano pacientemente preparado durante cerca de três anos teve afinal de ser posto em execução quase sobre o joelho. Betinho e o grupo das CPB perdem a confiança nos militares e voltam ao esquema do dia 20: "insurreição popular seguida de intervenção militar a pretexto de protecção ao povo".

Juntamente com António Tavares (Beto Mwanza) e Charula, guiados por Anselmo Mesquita (Sianuk) partem para Caxito expor o novo plano a Nito que, nas Mabubas, reflecte sobre as possibilidades de êxito do golpe. O plano do grupo das CPB escolhe o dia de sábado, 28, para a operação. O Bairro Sambizanga iniciaria a movimentação de massas, outros bairros enquadrados pelos conhecidos agitadores das CPB seguir-se-iam. O apoio militar seria comandado por Sianuk. Nito Alves concorda com o plano. Decidem todos regressar de imediato a Luanda para reiniciar todos os preparativos.

Betinho é encarregado de contactar determinados elementos do corpo diplomático e preparar os agitadores das CPB. O grupo de João Ribeiro (Kiferro) é mobilizado como grupo de choque, com a missão de prender e assassinar de-

terminados responsáveis. Luís Kitumba vai tentar mobilizar elementos da JMPLA dos bairros, Charula deverá alertar o grupo dos intelectuais e função pública.

Prevê-se uma reunião para análise da marcha dos preparativos às 21 horas na casa situada na área da Cuca.

Entretanto, desde a véspera, Zé Van-Dúnem, o verdadeiro cérebro do golpe, não tem descanso. Espicaçado pelas críticas de Nito Alves aos militares, Zé Van-Dúnem, coadjuvado por Nado e Juka Valentim desenvolve uma actividade febril toda a noite e todo o dia 26.

Com ajuda de Luís dos Passos e Rafael dos Santos das FAPA constitue três “comandos da morte”, que serão chefiados por estes dois responsáveis e Sidónio Borges da DISA e dos quais participarão entre outros Manuel Albino, Gonzaga, Chiquinho, Pico, Madiwana, Kahalo, Barreira da Morte, Katalahady e elementos da guarnição do Comissariado Político. Estes grupos deverão liquidar os responsáveis do Comité Central, do Estado Maior e da DISA visados, segundo um plano preparado por Manuel Gomes, um antigo “comando” que Nito Alves coloca na supervisão dos assassinatos.

As 9 horas Zé Van-Dúnem reúne com os oficiais Veloso, António, Bajé, Manuel Mateus (Terrível), José Domingos (Zeca Ndongo), João Francisco (Chico Kalunga), com quem analisa as insuficiências da preparação anterior.

As 10 horas, no Bairro Kassequel, com Paulo Teixeira (Diabo), António Narciso (Escorpião), Veloso, Virgílio Neto (Gilo), Pombal, Xandoca e estabelece um plano de acção para o dia 27, distribuindo tarefas a cada oficial.

As 14h30 com os mesmos oficiais, analisa o plano de coordenação da acção dos militares e dos civis.

As 21 horas, na Terra Nova, reúne com António Caeiro, Escorpião, Diabo, Luís Kitumba, Domingos Vitorino (Gato Imortal), Xandoca, Pombal, Gilo e outros, para ver a acção conjunta dos elementos das diferentes unidades, da DISA, dos elementos da JMPLA e dos das CPB, bem como do equipamento e armamento a utilizar. Aí foi estudada a movimentação dos blindados BRDM para São Paulo, para a Rádio Nacional, para o Grafanil e estrada de Catete, tendo também sido prevista a utilização do canhão 8/8 que o grupo de artilharia do Grafanil deyeria preparar.

Paulo Pedro (Paulito), da DAA, recebeu a missão de proteger o Aeroporto e a Costa Marítima!

É constituído o Comando Operacional com Bajê (6^a R), Veloso (PM) (que assumiu depois o comando), Sianuk, Paulito (DAA), Bonfim (G.Art), Pombal (PM), Gonçalo Almeida (Carrapaz) (9.^a Brig), Raul Pereira (Fenómeno)(9.^a Brig), Faisca (Engenharia), Jones (G. Art), António Lourenço (Reconhecimento), Virinha (Destacamento Feminino).

O golpe iniciar-se-ia pois às 4 da manhã. Todos os oficiais deveriam estar nos quartéis a motivar as suas tropas para ficarem de prevenção. As motivações e as primeiras acções seriam: “As massas iriam manifestar e seria necessário protegê-las; a sabotagem económica de alguns membros do Governo; as “injustas” prisões de “militantes consequentes” como Galiano, Santos, Xico-Zé, Nzamba e outros; exigir a reintegração de Nito Alves e Zé Van-Dúnem; a necessidade de modificar o Governo e os órgãos centrais do MPLA; atacar com um blindado a cadeia de São Paulo e a Casa de Reclusão para libertar os presos; ocupar a Rádio Nacional e com auxílio dos membros do Kudibanguela e algum pessoal ligado ao grupo,

lançar para o ar palavras de ordem adequadas. Entretanto os “comandos da morte” deveriam liquidar os dirigentes previstos e todos os comandantes que apoiavam o Presidente; enquanto isso os elementos das CPB obrigariam os trabalhadores a concentrar-se no Palácio, mobilizando para isso todos os machimbombos e camionetas que aparecessem.

Quando o povo se concentrasse no Palácio, Monstro, que se conservaria do Ministério da Defesa e Bakalof, que acompanharia Nito Alves, deveriam intimar o Presidente a demitir-se e a destituir o Governo e o Bureau Político após o que anunciariam aos “manifestantes” que Nito Alves ia ler nesse momento uma proclamação pela Rádio, já como “Presidente da República”. Previam que se o Presidente não aceitasse as suas exigências, como pensavam, seria morto. O rascunho da “proclamação” foi encontrado com Sita Vales, escrito pelo seu punho. Começava com as seguintes palavras: “Povo Angolano: o Governo acaba de ser derrubado”. Depois de falar na “fome, miséria e repressão” dizia que “as massas populares e as gloriosas FAPLA proclamam a todo o País a Insurreição Popular Armada”, E não se esquece no final de “decretar o Estado de Sítio”.

O Governo formar-se-ia depois, mas desde já Zê Van-Dúnem era apontado como Primeiro-Ministro e Monstro como Ministro da Defesa, Minerva e Pedro Fortunato deveriam “explicar” o golpe às embaixadas e pedir o seu reconhecimento imediato.

Alguns Comissários Provinciais seriam chamados a virem participar num novo Governo.

Assente esta planificação, Zê Van-Dúnem vai encontrar Nito Alves na reunião da casa da Cuca no momento em que está em

estudo o "plano dos civis" a ser executado no sábado dia 28. Zê Van-Dúnem declara que tal plano está ultrapassado, pois os militares retomaram a responsabilidade do golpe nas suas mãos e vão desencadeá-lo nessa madrugada.

Exposto o plano, que é aceite por Nito Alves, são imediatamente dadas as directivas ao grupo das CPB que parte para contactar imediatamente os homens dos outros bairros que enquadrarão a manifestação popular. De notar que toda essa gente sabia de véspera que o golpe teria lugar. Cochicha-se de ouvido para ouvido a sua infalibilidade.

Bakalof vai nessa noite ter um último encontro com Monstro para lhe expor o plano final (Monstro não aparecia nas reuniões de muita gente e só Bakalof, Nito e Zê, mas principalmente Bakalof, discutiam assuntos conspirativos com ele).

As 0h30 do dia 27, ainda Zê Van-Dúnem tem uma última reunião com Veloso, Nancy, Bonfim, Pombal, Diabo, Da Chica, António, Jones e mais três da DISA.

Aprovado finalmente o plano, os Chefes máximos partem para o seu Posto de Comando na Quinta do Kindanda à espera dos acontecimentos.

No início tudo decorre mais ou menos como previsto! Alguns disparos anárquicos em alguns bairros criam o clima de agitação com que contavam os golpistas. O blindado que ataca a prisão arromba o portão e metralha contra a forte resistência oposta pelos camaradas da DISA e mesmo por alguns prisioneiros recuperados. Muitos prisioneiros fogem, inclusive prisioneiros da Unita e da Fnla. Os mercenários, alguns prisioneiros da Revolta Activa e da OCA recusam-se a fugir. O Camarada HÉLDER NETO e o camarada ADELINO QUINTINO tombam gloriosamente no seu posto.

Outros blindados percorrem anarquicamente algumas ruas da cidade, antes de ocuparem a Rádio Nacional.

Os trabalhadores a caminho do seu trabalho encontram barreiras que os impedem de continuar e os empurram para o Palácio. A maioria deles recusava-se, outros iam sem perceber. Uma minoria acompanha os golpistas fazendo barragens, ocupando viaturas, lançando palavras de ordem divisionistas, dando vivas a Nito Alves.

A Rádio foi finalmente ocupada cerca das 8 horas, com a presença de dois blindados e o grupo "Kudibanguela" auxiliados por alguns elementos fraccionistas da própria Rádio começa a lançar para o ar a estranha fraseologia do fraccionismo que logo alertou e inquietou todo o Povo, de Cabinda ao Cunene.

Os Camaradas Ministros e Vice-Ministro da Defesa, Director Nacional da DISA, Comandante Geral do CPPA, assim como outros responsáveis do EMG, DISA e CPPA cedo são alertados do que se estava a passar através das Unidades da Rádio Patrulha. Enquanto alguns preparam as forças a contrapor ao golpe, outros vão visitar as unidades para terem uma avaliação correcta da situação. É nessa operação, aliás prevista pelos golpistas, que os Camaradas Comandante PAULO DA SILVA MUNGUNGU (DANGEREUX), membro do Comité Central e do Estado Maior Geral das FAPLA, e Comandante JOSÉ MANUEL PAIVA (BULA), Chefe Adjunto do Estado Maior Geral das FAPLA são presos no quartel do Batalhão de Reconhecimento da 9.ª Brigada, tendo-se salvo in-extremis da mesma sorte o Camarada Comandante XIETU, Chefe do Estado Maior Geral. Sucessivamente outros Camaradas vão caindo em emboscadas preparadas com as barragens em certas ruas, tal como aconteceu aos Camaradas Comandante EUGÉNIO VERISSIMO

DA COSTA (NZAJI), membro do Comité Central e Chefe da Segurança das FAPLA, Comandante CIEL DA CONCEIÇÃO (GATO) director do Porto de Luanda, Comandante Geral do CPPA ANDRÉ PITRA (PETROF) e Major SAYDI MINGAS, membro do Comité Central e Ministro das Finanças.

Alguns grupos de choque procuram raptar ou liquidar responsáveis, como aconteceu com o grupo civil que foi a casa do Comissário Político TETEMBWA do CPPA, onde foram presos o Comandante EURICO GONÇALVES, membro do Estado Maior Geral e o Camarada ANTÓNIO GARCIA NETO, Director da Cooperação Internacional, e com o grupo de “comandos” que foi a casa do Camarada CARLOS JORGE da DISA e que não o tendo encontrado, feriu a tiro a sua esposa.

Os golpistas também tomam o Centro da Rádio Patrulha da CPPA e roubam algumas das viaturas rádio, dificultando as operações de controlo.

Entretanto às massas não apoiaram a “manifestação” e as centenas que ainda chegaram às imediações do Palácio encontraram a via barrada.

Os golpistas que ocupavam a Rádio Nacional tentam uma nova manobra: concentrar os “manifestantes” em torno da Rádio Nacional, e isso porque prevêm o insucesso do golpe e receiam que as FAPLA venham cercar a Rádio. Mais uma vez o Povo só lhes servia de trincheira.

Os Camaradas Ministro e Vice-Ministro da Defesa e Director Nacional e Director Adjunto da DISA, em contacto permanente com o Camarada COMANDANTE-EM-CHEFE, preparam de imediato o plano de liquidação da intentona que por razões de ordem Nacional teve de começar pela libertação da Rádio, para que a Nação inteira se tranquilizasse. A aglomeração de alguns

populares perto da Rádio e a preocupação de não fazer vítimas (já que o infantilismo dos golpistas tinha até ali causado uma dezena de mortos e meia centena de feridos) obrigou a que as nossas forças comandadas pelo Comandante ONAMBWÉ e pelos capitães ZÉ MARIA, ARI DOS SANTOS e MARCELINO, apoiados pelos majores NINI, KATONDO e RUI DE MATOS, agissem com a maior prudência, quer na tomada da Rádio quer na tomada do quartel do Batalhão de Reconhecimento da 9.^a Brigada, de onde os bandidos golpistas haviam retirado à pressa os Camaradas Comandantes DANGEREUX, Comandante NZAJI, Major MINGAS, Comandante BULA, Comandante EURICO, Comandante GATO e Camarada GARCIA NETO, cujos corpos apareceram mais tarde selvaticamente carbonizados, juntamente com o Camarada CRISTINO SANTOS do Comité de Acção do Sambizanga e do combatente das FAPLA, JOÃO RODRIGUES. Os depoimentos indicaram que eles foram fuzilados por ordem directa de Nito Alves.

O Comandante GATO, que foi dado como morto após a chacine e metido num dos carros que transportava os cadáveres e foram em seguida incendiados, conseguiu, apesar de gravemente ferido, sair por si só da viatura incendiada e chegar ao Porto, de onde foi levado para o Hospital Militar.

Tomada a Rádio e o Quartel do Batalhão de Reconhecimento da 9.^a Brigada, já com os golpistas em debandada, passa-se à normalização da situação na Rádio Patrulha do CPPA e em São Paulo, enquanto se procurava indícios sobre o local onde estariam os responsáveis desaparecidos. Logo que houve informações de que estavam no Sambizanga, as nossas forças dirigiram-se para lá, sem terem conseguido localizar a

casa onde estavam escondidos. Entretanto já tinham sido assassinados.

Os golpistas desorientados escondiam-se por toda a parte, abandonando armas e fardas, mas acabando por ser apanhados pelas brigadas das FAPLA, da Segurança e por elementos da população.

A maior parte do estado maior golpista começa a debandar em direcção do Grafanil e Viana. Zé Van-Dúnem e Galiano, que tinham estado na manhã de 27 a mobilizar o Grupo de Artilharia da 9.^a Brigada no Grafanil, fogem de lá às 13 horas para a quinta do Kindanda. Ali se encontra grande parte dos responsáveis em fuga que decidem ir para a Primeira Região. Bakalof é um dos primeiros a partir, quando ao entrar no controlo do Cacucaco, ainda convencido do sucesso, ouve o Hino Nacional que anunciava a libertação da Rádio.

Nito Alves parte da quinta do Kindanda para o Piri onde vai encontrar Bakalof e uma vintena de outros fugitivos. Zé Van Dúnem e Sita Vales são levados para uma pequena lavra na área de Kiambata que fica aliás na via utilizada por todos os transfugas (Maria Teresa, Cerca, Pango, Kibaxe, Piri).

Veloso e mais um grupo são apanhados por populares quando iam a pé para Maria Teresa. Um a um vão sendo presos os responsáveis desta sinistra aventura, de curta duração, mas que feriu profundamente a massa militante e o Povo inteiro.

Entretanto, nas Províncias todo o Povo e todos os militantes acompanharam com ansiedade o desenrolar dos acontecimentos e rejubilaram logo que ouviram a Rádio Nacional a anunciar o restabelecimento da ordem.

As previsões dos núcleos fraccionistas em algumas Províncias foram um fracasso. Em Malanje o Comando do Sector das

FAPLA, bem antes do dia 27, já tinha neutralizado a acção fracccionista do Comissário Provincial e alguns responsáveis do MPLA, da JMPLA e da OMA, que tentaram pôr-se em fuga após o insucesso.

Em Benguela e no Lobito a vigilância dos militantes impediu que o Comissário Provincial e os seus colaboradores pudessem exercer qualquer acção.

No Bié, o membro do Comité Central JAMBA YA MINA, em conjunto com o Comissário Provincial, responsáveis da DISA e da Comissão Directiva neutralizaram a acção de dois responsáveis militares que pretendiam ocupar a Rádio local e o Comissariadô.

No Huambo e na Huíla os núcleos fracccionistas não tiveram tempo nem ambiente para se manifestarem, devido à acção imediata dos Comissários Provinciais e dos responsáveis das FAPLA e da DISA.

No Kwanza-Norte e no Kwanza-Sul os Comissários Provinciais, ambos afectos ao fracccionismo, nada puderam fazer graças a vigilância dos militantes. O Comissário Provincial do Kwanza Norte estava combinado com o de Malanje acerca da acção após o golpe em Luanda.

No Uíge, para onde Nito Alves tinha enviado um emissário avisar o ex-oficial Tonton para que ele viesse ao Piri em socorro dos fugitivos com uma força de 50 homens (!), a intervenção oportuna dos responsáveis provinciais da DISA impediu qualquer veleidade da parte do mesmo Tonton.

No Moxico a tentativa levada a efeito pelo núcleo fracccionista ali existente de apoiar o golpe em Luanda foi prontamente reprimida pelos responsáveis combatentes das FAPLA,

Em Cabinda, na Lunda, no Zaire, no Kwando Kubango, em Moçâmedes e no Kunene nada houve de especial a assinalar, à parte a detenção deste ou daquele fraccionista notório.

AS NOVAS TAREFAS DA REVOLUÇÃO

O Camarada Presidente foi explicando o desenrolar dos acontecimentos à Nação inteira, brutalmente ferida por tão vil traição.

O Povo inteiro de Angola exigiu que os crimes abomináveis cometidos por este bando de aventureiros, traidores e ambiciosos fossem castigados com a maior severidade e sem perdão.

A perda irreparável que constitui o desaparecimento de tão altos e valiosos responsáveis para uma jovem Nação em que os quadros revolucionários valorosos e simples são escassos, a situação de perigo que corremos num momento em que o

inimigo concentra forças nas nossas fronteiras, disposto a prosseguir nas provocações que levem à desestabilização do nosso País e ao mesmo tempo dos Países da Linha da Frente e dos Movimentos de Libertação da Namíbia, do Zimbábwe e da África do Sul, os preparativos que antecederam a consecução do golpe e que insistiam na divisão dos militantes e na divisão do Povo através de uma teia de calúnias criminosas, as ligações estranhas com numerosos elementos estrangeiros onde a manipulação imperialista não conseguiu, apesar de tudo, passar despercebida, todos estes factores obrigaram a que fosse declarado o "estado de excepção" que permitiu desde logo cortar cerce todas as veleidades de novas tentativas de golpe que viessem a ser forjadas, para aproveitar a situação perturbada que gerou.

Um TRIBUNAL MILITAR ESPECIAL foi criado para julgar os implicados no traiçoeiro golpe de 27 de Maio e corresponder ao sentimento nacional de castigar sem perdão todos quantos revesassem responsabilidade na sua organização e execução.

O Povo angolano inteiro e muitos países amigos se associaram à dor profunda dos familiares e camaradas dos que tombaram gloriosamente.

Este doloroso acontecimento não deixou de traduzir-se em mais uma extraordinária vitória do MPLA sobre os seus inimigos. Postos uma vez mais à prova de uma forma tão violenta quanto inesperada, os militantes do MPLA, guiados pela inabalável firmeza do Camarada Presidente Agostinho Neto, souberam vencer as dificuldades e, melhor temperados que nunca, prosseguir nas tarefas prementes de combate aos fracionistas, da Reconstrução Nacional, da Preparação do Congresso e da marcha irreversível para o Socialismo.

O tempo ajudará a melhor analisar a imensidão desta acção anti-MPLA.

O seu insucesso salvou Angola e o Povo inteiro de dramáticas consequências que arrastariam a Nação para uma catástrofe incomensurável. Se já o plano do golpe previa os assassinatos, que aconteceria se os golpistas pudessem actuar por mais algumas horas? Que consequências resultariam de um sucesso ainda que limitado do plano golpista? Que seria das estruturas que lenta mas seguramente vão sendo criadas a nível da governação? Que seria da nossa ainda débil economia que pouco a pouco se vai reconstruindo? Os projectos da Habitação, da Saúde e da Educação seriam completamente deitados por terra, e a verdade é que o plano golpista não passava além da Proclamação na Rádio Nacional. Nada foi previsto em benefício do Povo, a favor da Reconstrução Nacional. Nito Alves, Zé Van Dúne e os seus sequazes só foram capazes de prever a destruição do que se está a construir.

Quais as consequências para a independência nacional e para a integridade territorial do nosso País? A ninguém escapou que durante os dias previstos para o golpe, as nossas fronteiras do Norte e do Sul foram objectos de graves provocações, violações e mesmo um aumento da concentração de tropas zaienses e sul-africanas. Como souberam esses países o que se iria passar?

O mundo inteiro deu-se conta das declarações do presidente do Zaire a favor do golpe e de Nito Alves. Que esperava o Zaire deste golpe?

Savimbi e os seus agentes imediatamente apoiaram o golpe, manifestando terem conhecimento do que se iria passar.

De Londres um estranho representante de Nito Alves anunciou que se deslocava a Paris para encontrar elementos da Unidade...

As chancelarias ocidentais estavam optimistas quanto às vantagens que o sucesso do golpe traria aos interesses capitalistas.

Qual era afinal a verdadeira natureza de um golpe de estado que era ansiosamente aguardado e habilmente manipulado pelo imperialismo internacional? Quem passariam a ser os novos aliados da República Popular de Angola?

A resposta a estas perguntas está na boca de todos os militantes do MPLA e de todos os patriotas: o golpe de 27 de Maio foi um golpe reaccionário e visava liquidar a Revolução Angolana e o MPLA.

Aos militantes não poderá escapar um aspecto chocante de todo este processo. Quem foram os verdadeiros intervenientes? Não foi o Povo trabalhador... Não foram os operários. Não foram os camponeses... Na sua maioria foram jovens elementos de diferentes camadas da pequena burguesia angolana, e elementos dos mais privilegiados da nossa juventude, que tiveram uma vivência comum na clandestinidade, quando estudantes no "campo de São Nicolau" quando prisioneiros políticos, ou no CIR "Certeza", para onde partiram alguns deles já depois da 1.ª Guerra de Libertação, em busca do romantismo da vida guerrilheira, aliás já no fim.

Quem são Zé Van-Dúnem, Nito Alves, Minerva ou Luís Kintumba senão a expressão de uma camada privilegiada e elitista da actual sociedade angolana (e não só da actual...). Quem são Nado, Valentim, Galiano? Qual a situação de classe de um Bakalof, originário sem dúvida de uma raiz camponesa, mas

tendo tido uma vivência que o situou noutra condicionalismo de classe? Quem são Sita Vales, Rui Coelho, Nzamba ou King ou o próprio Kindanda — dono da quinta que servia de Centro operacional? Quem são, de onde veem todos esses activistas do fraccionismo que na função pública ou no sector operário desacreditavam os responsáveis do MPLA?

Toda esta gente utilizava um vocabulário ultra-marxista e no estanto a sua vida privada e a sua prática militante muito deixavam a desejar.

Todos eles eram mestres em perorar sobre a problemática da luta de classes, sobre a necessidade de liquidar a pequena burguesia mas, como disse Betinho no seu depoimento, nenhum deles tinha quaisquer dificuldades de salários, habitação ou abastecimento e todos eles eram representantes dessa pequena burguesia a que diziam votar tanto ódio. Viu-se aliás que ao nível de algumas cooperativas das CPB, eram estes incorrigíveis fraccionistas quem travava a distribuição dos géneros para os sócios, sem se coibir de ir às escondidas abastecer-se e à sua família.

O campesinato não foi atingido pelo fraccionismo, se exceptuarmos um ou outro elemento que tenha aderido por tribalismo ou regionalismo.

O Sector Operário, à parte uns elementos da tèmpera de um Gama (da Sacma), de um Jubaru (da Induve), de alguns poucos deste quilate e de algumas comissões sindicais, não se deixou arrastar na aventura, nem se deixou enganar com os chamados “consequentes”.

Em contrapartida foi no lumpenato de Luanda que o fraccionismo foi buscar muito do pouco apoio que teve o golpe de estado e até foi nele que baseou uma parte das acções violen-

tas que tiveram lugar. Muito desse lumpenato foi retirado pelos golpistas das cadeias onde cumpriam penas de delito comum.

Os fraccionistas desenvolveram largamente o tribalismo, o regionalismo e o racismo, para conseguirem os seus objectivos.

Hoje, que o fraccionismo foi batido, é importante que a luta contra essas taras da sociedade seja feita em bases militantes e dentro de uma compreensão exacta do problema em termos de luta de classes.

Os militantes dos grupos de acção devem estar atentos a esse problema e denunciar em cada momento a prática dessas atitudes, em particular por parte daqueles que vêm na derrota do fraccionismo ocasião para darem novamente largas ao seu oportunismo, pelo assalto a situações de privilégio.

Por outro lado as forças reaccionárias pretendem aproveitar a actual situação para levantarem a cabeça, o que exige de todos os militantes um combate imediato e eficaz para as neutralizar. A semelhança de outros países africanos, também Angola conheceu uma dolorosa experiência com as chamadas esquerdas do antigo país colonizador, que vieram para Angola ou aqui se encontravam já, em franca oposição com o colonizador, mas que depois da independência continuaram a não acreditar na capacidade dos angolanos se governarem e praticaram o paternalismo ... de "esquerda", erigindo-se em mentores ideológicos da nossa juventude, a quem transmitiam os esquemas da luta política em Portugal, esquecendo-se de que aqui tudo era diferente, principalmente o Povo, que já não era obrigado a considerar-se português. Além de toda essa actividade pretensamente de esquerda, assumiu neste processo uma forma e um conteúdo profundamente reaccionários.

O imperialismo não deixou de estar presente em todo este processo. Com mão cautelosa ele soube no momento oportuno accionar aqueles que facilmente se deixaram cair na sua órbita, para criar uma situação que só a ele poderia favorecer. Os próximos meses trarão ao de cima os elementos concretos da intervenção imperialista nesta trama, onde um pseudo-esquerdismo serviu de cortina à participação imperialista.

Os militantes do MPLA souberam parar o golpe violento que lhes foi desferido e prepararam-se desde já para curar as feridas e intensificar as acções que fortaleçam o nosso processo revolucionário.

Nestas horas graves foi decisivo podermos continuar a contar com a amizade internacionalista dos países socialistas, como por exemplo a URSS, em particular dos camaradas cubanos, cuja presença terá impedido que o cerco imperialista tirasse proveito da situação criada e nos trouxe pela mão amiga de um alto responsável, o gesto de solidariedade.

Com o fraccionismo ferido de morte, resta aos militantes do MPLA dar-lhe o golpe final que permita passar rapidamente às tarefas prioritárias de organização do Movimento e organização do Estado.

Hoje, mais do que nunca, cai sobre os Grupos de Acção e sobre os activistas a responsabilidade enorme de desencadearem um processo dinâmico que rapidamente refaça as estruturas do MPLA.

Liquidada a verborreia fraccionista é necessário aprofundarmos seriamente o estudo dos fundamentos marxistas-leninistas que orientarão toda a nossa actividade, num aumento constante do nível político e ideológico dos militantes.

A par de uma campanha de depuração dos elementos fraccionistas e de organização dos novos grupos de acção a nível dos locais de trabalho, vamos planificar o estudo que nos permita participar conscientemente na preparação do Congresso e criar desde já as bases sólidas para a criação de um partido marxista-leninista.

Na planificação do nosso estudo devemos dar particular importância à experiência histórica do MPLA, através dos seus documentos fundamentais e em particular os da 3.^a Reunião Plenária do Comité Central e as directivas contidas nos discursos do Camarada Presidente.

Durante os anos de guerrilha e naqueles que sucederam à assinatura dos acordos com Portugal, numerosas foram as reuniões em que os militantes e o Povo analisaram o processo revolucionário, enriquecendo-o em cada momento com os princípios doutrinários que iriam servir de base às novas etapas de luta.

A opção socialista do MPLA, embora expressa mais explicitamente na 3.^a Reunião Plenária do Comité Central, está contida em todos os documentos do MPLA, a partir do Manifesto de 1956. O estudo do marxismo-leninismo foi sempre preocupação de todos os militantes e o primeiro CIR em 1964 já o incluía nos seus programas. Esse estudo foi sempre enriquecido com os ensinamentos do Povo de cada uma das Regiões onde se desenvolveu a luta, bem como os ensinamentos dos trabalhadores das zonas urbanas.

O fraccionismo não nos deve fazer esquecer que o inimigo principal continua a ser o imperialismo mundial que, encabeçado pelo imperialismo norte-americano, se mostra muito agressivo em relação a Angola e à África Austral, sobressaindo

particularmente neste momento a agressividade dos interesses monopolistas franceses, e de todos os fantoches que das fronteiras ainda realizam infiltrações, com o intuito de provocar a instabilidade e a inquietação.

Os militantes do MPLA são chamados a defender com mais vigor ainda a única via de desenvolvimento que interessa às massas populares. Essa única via é, como foi reafirmado pela 3.^a Reunião Plenária do Comité Central, o socialismo científico, baseado na doutrina de Marx, Engels e Lénine.

E para garantirmos que a marcha do nosso Povo para o socialismo siga sem desvios, temos de, cada um no seu posto, redobrar de esforços para realizar as principais tarefas da Reconstrução Nacional.

Um largo caminho já se percorreu no sentido de devolver ao nosso Povo muitas das riquezas do nosso País. Muito resta a fazer ainda neste campo. Não podemos ultrapassar etapas, obedecendo apenas a algumas das nossas legítimas aspirações, sem que elas possam basear-se em condições objectivas.

O aumento da produção agrícola e industrial, a organização de todos os sectores da produção desde a gestão, passando pela planificação e o aumento racional da produtividade, a organização do ensino e da saúde, o combate ao analfabetismo são as premissas que assegurarão a construção do socialismo em Angola.

E ao cumprirmos todas estas tarefas estaremos como militantes, e como trabalhadores, a seguir a directiva do Camarada Presidente de "cuidar da vida material da população". E assim consolidaremos a unidade no seio do Movimento e a unidade no seio do nosso Povo que, como reafirmou a 3.^a Reunião

Plenária, integra a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia patriótica e os intelectuais revolucionários.

O Camarada Presidente tem insistido com frequência na necessidade de combater a tendência de se cair numa errada concepção da luta de classes que conduza ao isolamento da classe operária face aos seus aliados — o campesinato, a pequena burguesia patriótica e os intelectuais revolucionários.

O MPLA continuará como sempre a lutar para que a classe operária — “legítima depositária da doutrina do socialismo científico” — assuma o seu papel dirigente, mas sem que para isso se isole das outras forças sociais da sociedade angolana cujos interesses coincidem com os objectivos da Reconstrução Nacional.

Devemos consolidar o espírito internacionalista do nosso Povo, desenvolvendo a amizade com os países socialistas, com os partidos progressistas de todo o mundo. Devemos intensificar o apoio aos movimentos de libertação, particularmente da Namíbia, do Zimbabwe, da África do Sul, de Timor e do Sahara Ocidental.

Com a tentativa golpista de 27 de Maio, as nossas estruturas sofreram alguns abalos que carecem de imediata atenção. Um amplo movimento de crítica e autocritica à escala de todo o Movimento permitirá detectar e corrigir algumas das fraquezas que terão facilitado as manobras fraccionistas.

Ao nível dos bairros das grandes cidades, os Comitês do Movimento devem desde já ajudar os habitantes dos bairros (quando possível através das CPB) a resolverem alguns dos seus problemas fundamentais, particularmente os de abastecimento, os de saúde e higiene, os de fornecimento de água e luz, o problema escolar e mesmo os problemas de habitação

(que embora de maior dificuldade, não devem deixar de ser equacionados a nível de bairro). Caminharemos assim para o fortalecimento do Poder Popular, inteiramente ao serviço das massas e não ao serviço de alguns oportunistas.

A luta contra os últimos redutos dos golpistas, lacaios servis de todos os imperialistas, fortalecer-se-á ainda com a contribuição que cada militante der à solução dos problemas actuais de abastecimento, da produção e da organização e disciplina nos sectores de trabalho. Que cada trabalhador compreenda que tem de dar o melhor do seu esforço para que o aumento dos níveis de produção venha beneficiar todo o Povo, cujo sacrifício nas duas Guerras de Libertação justifica que se possa esperar colher os frutos da independência.

Apliquemos a Ditadura Democrática Revolucionária, para acabar de vez com os sabotadores, com os parasitas, com os especuladores.

Organizemos melhor a nossa vigilância e liquidemos no ovo quaisquer novas tentativas de fazer reviver o fraccionismo no MPLA e o divisionismo no seio do Povo. Vigilância nos locais de trabalho, vigilância nos bairros. A participação militante na denúncia aos fraccionistas tem sido exemplar. Precisamos de ir mais longe. Ao nível dos locais de trabalho temos de prevenir qualquer acto de sabotagem. Ao nível dos bairros temos de garantir a segurança dos moradores, pelo que devem as Brigadas Populares de Vigilância, em Colaboração com o CPPA, aumentar a sua capacidade de controlo e de combate à criminalidade.

Mobilizemos todos os compatriotas para a produção. Quem não tem trabalho nas cidades deve dar a sua contribuição à produção agrícola. Apoiemos seriamente as campanhas do café e

da cana-do-açúcar!

A actividade do Governo deve libertar-se das peias burocráticas. O Governo deve tornar-se efectivamente um Governo Revolucionário, que saiba sobrepor-se quando necessário às leis retrógradas da época colonial e aos burocratas que entravam a Revolução popular.

As organizações de massas devem rapidamente reestruturar-se, fortalecer as suas estruturas e realizar as palavras de ordem do MPLA.

Combatamos todos os oportunistas e em particular aqueles dos elementos da pequena burguesia que pensam já, porque os fraccionistas foram derrotados, lançar-se em busca da situação de privilégio.

Aceleremos a solução dos problemas mais importantes dos trabalhadores.

Fortalecidos pelas novas vitórias alcançadas, inspirados pelo exemplo militante dos companheiros tombados, seguros da justeza da nossa opção socialista, preparemo-nos para mais duros e decisivos combates pela organização do MPLA e do Estado, pela Reconstrução Nacional, pela realização do Congresso e pela criação do Partido.

Viva a Unidade da Nação!

Morte aos fraccionistas!

Avante para o Congresso!

A Luta Continua!

A Vitória é Certa!

Luanda, 12 de Julho de 1977

O Bureau Político do Comité Central do MPLA.

**Apliquemos
a
Ditadura
Democrática Revolucionária
para acabar de vez
com os sabotadores,
com os parasitas,
com os especuladores**

O BUREAU POLÍTICO DO MPLA — 12/7/1977

F. A. P. L. A.



FORÇAS ARMADAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Luanda, 12 de outubro de 1977

O Bureau Político do Comité Central do MPLA

JULHO 77 — LUANDA
PUBLICAÇÕES GAMA
MINISTÉRIO DA DEFESA

50.000 Ex.

**VIVA
A
UNIDADE
NACIONAL**

2737
~~5006~~